



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0033525-72.2019.8.17.2001**

AUTOR: EMANUEL BEZERRA LEITE

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

EMANUEL BEZERRA LEITE ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização em face de debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 04/11/2018.

O demandante afirma que recebeu administrativamente R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), quantia inferior ao valor correto da indenização, que seria, no seu entender, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pelo que requer a condenação da requerida ao pagamento do montante complementar, nos termos da peça vestibular.

A ré apresentou defesa alegando que o autor suportou invalidez parcial, verificando-se escoreito o valor que lhe restou adimplido administrativamente. Preliminarmente, arguiu a inépcia da inicial por ausência de documentos médicos.

Laudo pericial à id. 54880003.

Intimadas as partes para se pronunciarem sobre o laudo, ambas apresentaram manifestação.

Vieram os autos conclusos.

**Relatados.**

**Decido.**

**DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Entendo que o feito encontra-se apto a julgamento, caracterizada que está a hipótese de incidência do teor do disposto no artigo 355, inciso I, do Estatuto de Ritos em vigor, que autoriza o julgamento antecipado da lide, uma vez que, em relação à questão de fato, consistente na lesão sofrida pelo autor, o feito está satisfatoriamente instruído, necessitando solução apenas quanto à questão de direito, referente à complementação do *quantum* indenizatório.

Outrossim, antes de analisar o mérito, cumpre manifestar-me acerca da preliminar suscitada.

**DA INÉPCIA DA INICIAL**

Indefiro a preliminar quanto à alegada inépcia da inicial, visto que a exordial se viu acompanhada dos documentos médicos a darem notícia do atendimento recebido pelo autor quando do acidente em comento.

Superada a preliminar, passo à análise do mérito da contenda.

**IN MERITUM CAUSAE**

Àid. 54880003, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o



promovente sofreu uma lesão parcial incompleta em membro inferior esquerdo, representativa de comprometimento de membro traduzido no percentual de 50% (cinquenta por cento).

Uma vez confirmada e quantificada pela perícia médica oficial a lesão sofrida pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, posto que o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes pouco contradiz aquilo que afirmam as partes. Ao contrário, apenas constata a efetiva ocorrência de lesão e fixa o seu percentual, o que não raras vezes é bem inferior àquilo que o acidentado afirma na exordial, de modo que está caracterizada a sua aptidão para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois, quanto ao fato (lesão), o feito está satisfatoriamente instruído.

A utilização da tabela de proporcionalidade para o cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios:

*“Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes”* (STJ – 4ª T, AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT).

Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas moderada, à base de 50% (cinquenta por cento), o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa exata proporção.

Dessa sorte, deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 50% (cinquenta por cento), totalizando o correspondente ao montante de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Assim, subtraindo do *quantum* devido aquilo que já fora quitado na esfera administrativa, qual seja, R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), chegamos ao valor final de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), devido a título de complementação da indenização securitária.

Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 580 do STJ). Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação.

Condeno, ainda, a suplicada nas custas processuais e nos honorários advocatícios (10% sobre a condenação), considerando que foi a parte que deu causa ao litígio.

**Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais.**

PRI.

Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo.

Recife, 22 de setembro de 2020.

Maria Cristina Souza Leão de Castro  
Juíza de Direito Titular





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0033525-72.2019.8.17.2001  
AUTOR: EMANUEL BEZERRA LEITE

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 68384175, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc. EMANUEL BEZERRA LEITE ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização em face de debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 04/11/2018. O demandante afirma que recebeu administrativamente R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), quantia inferior ao valor correto da indenização, que seria, no seu entender, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pelo que requer a condenação da requerida ao pagamento do montante complementar, nos termos da peça vestibular. A ré apresentou defesa alegando que o autor suportou invalidez parcial, verificando-se escoreito o valor que lhe restou adimplido administrativamente. Preliminarmente, arguiu a inépcia da inicial por ausência de documentos médicos. Laudo pericial à id. 54880003. Intimadas as partes para se pronunciarem sobre o laudo, ambas apresentaram manifestação. Vieram os autos conclusos. Relatados. Decido. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Entendo que o feito encontra-se apto a julgamento, caracterizada que está a hipótese de incidência do teor do disposto no artigo 355, inciso I, do Estatuto de Ritos em vigor, que autoriza o julgamento antecipado da lide, uma vez que, em relação à questão de fato, consistente na lesão sofrida pelo autor, o feito está satisfatoriamente instruído, necessitando solução apenas quanto à questão de direito, referente à complementação do quantum indenizatório. Outrossim, antes de analisar o mérito, cumpre manifestar-me acerca da preliminar suscitada. DA INÉPCIA DA INICIAL Indefiro a preliminar quanto à alegada inépcia da inicial, visto que a exordial se viu acompanhada dos documentos médicos a darem notícia do atendimento recebido pelo autor quando do acidente em comento. Superada a preliminar, passo à análise do mérito da contenda. IN MERITUM CAUSAE À id. 54880003, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o promovente sofreu uma lesão parcial incompleta em membro inferior esquerdo, representativa de comprometimento de membro traduzido no percentual de 50% (cinquenta por cento). Uma vez confirmada e quantificada pela perícia médica oficial a lesão sofrida pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, posto que o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes pouco contradiz aquilo que afirmam as partes. Ao contrário, apenas constata a efetiva ocorrência de lesão e fixa o seu percentual, o que não raras vezes é bem inferior àquilo que o acidentado afirma na exordial, de modo que está caracterizada a sua aptidão para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois, quanto ao fato (lesão), o feito está satisfatoriamente instruído. A utilização da tabela de proporcionalidade para o cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios: "Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes" (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT). Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas moderada, à base de 50% (cinquenta por cento), o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa exata proporção. Dessa sorte, deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta



reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 50% (cinquenta por cento), totalizando o correspondente ao montante de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Assim, subtraindo do quantum devido aquilo que já fora quitado na esfera administrativa, qual seja, R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), chegamos ao valor final de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), devido a título de complementação da indenização securitária. Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 580 do STJ). Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação. Condeno, ainda, a suplicada nas custas processuais e nos honorários advocatícios (10% sobre a condenação), considerando que foi a parte que deu causa ao litígio. Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais. PRI. Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo. Recife, 22 de setembro de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular"

RECIFE, 29 de setembro de 2020.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0033525-72.2019.8.17.2001  
AUTOR: EMANUEL BEZERRA LEITE

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 200,00 (Duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040- CONTA 01748582-0**

Tudo conforme **SENTENÇA** de ID **68384175**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafo:

*"Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais."*

Eu, ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 5 de outubro de 2020.

**Taciana Martins Amorim Barbosa Barros**

**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**Maria Cristina Souza Leão de Castro**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.  
Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0033525-72.2019.8.17.2001  
AUTOR: EMANUEL BEZERRA LEITE

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 06/11/2020. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 19 de novembro de 2020.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0033525-72.2019.8.17.2001  
AUTOR: EMANUEL BEZERRA LEITE

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que não há comprovação de recolhimento de custas pela parte devedora, conforme determinado na SENTENÇA/DECISÃO de ID **68384175**. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 19 de novembro de 2020.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**







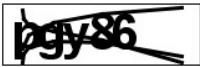
[Guia de Custas](#) [Consultas](#) [Ajuda](#)

[Página Inicial»](#) [Consulta de Guias Pagas por Processo](#)

## Consulta de Guias Pagas por Processo

⚠ Não há guias pagas para o processo informado!

\* Indica um campo obrigatório

Dados do Processo	
Número do Processo(NPU): *	<input type="text" value="0033525-72.2019.8.17.2001"/> ⓘ
Digite o texto da imagem *	<div> <input type="text" value="wcp2x"/></div>

Limpar

Pesquisar

